

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS - CTIL
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 102ª REUNIÃO**

Data: 1º e 2 de julho de 2008.

Local: Sala “Câmara Técnica” do Térreo do Edifício Marie Prendi Cruz, localizado no SEP
505, Lote 2, Brasília-DF.

REPRESENTANTES:

1. Ministério dos Transportes: Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br) ;
2. Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio - Conselheiro
(hugo.suarez@mj.gov.br);
3. Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad (rodrigo.massad@cidadades.gov.br);
4. Ministério da Integração Nacional: José Luiz Ribeiro Reis
(jose.reis@integracao.gov.br);
5. Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Márley Caetano de Mendonça - Conselheiro
(marley.mendonca@mma.gov.br);
6. Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos
(mauricio.lopes@ana.gov.br);
7. Ministério de Minas e Energia: Marina Scalon - Conselheira
(marina.scalon@mme.gov.br);
8. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo: Neusa Maria
Marcondes Viana de Assis (sma.neusaa@cetesbnet.sp.gov.br);
9. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Bahia e Ceará: José Augusto de Castro
Tosato (zetoato@hotmail.com);
10. Irrigantes: Wilson Agostinho Bonança (wbonanca@srjundiai.com.br);
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Martha Regina von Borstel
Sugai (martha.sugai@copel.com);
12. Indústrias: Patrícia Boson - Conselheira (tita@uaigiga.com.br);
13. Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo:
Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);
14. Comitês: Marcus Vinícius Lopes da Silva (cbhmogi@terra.com.br);
15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski
(donizete@ecodata.org.br);
16. Organizações Não-Governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco -
Conselheira (ninon@institutoipanema.net);
17. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Gilberto Valente Canali
(gvcanali@uol.com.br);

DEMAIS PRESENTES:

- Carlos Eduardo N. Alencastre (Conselheiro) - CBH-Pardo
(comitepardo@ambiente.sp.gov.br);
- Elisa Romano - CNI (edezolt@cni.org.br);
- Gilberto Gonzaga - ABINAM (ggonzaga@terra.com.br);
- João Clímaco (Conselheiro) - COPODEMFE/BH (climaco@uai.com.br);
- Kamilla Pacheco - Elabore Consultoria (kamilla.pacheco@elabore.com.br);
- Luiz Gustavo Couto Soares - Min. Defesa (adj3saei1@ema.eb.mil.br);
- Maria Manuela M. A. Moreira - SRHU/MMA (maria-manuela.moreira@mma.gov.br);
- Raimundo Bento Vieira Filho - Min. Transportes (raimundo.filho@transportes.gov.br);
- Roberto Alves Monteiro - SRHU/MMA (roberto.monteiro@mma.gov.br);
- Rossana Gasparini - Elabore Consultoria (rossana.gasparini@elabore.com.br);
- Taíssa Machado - Patri Políticas Públicas (taissa.machado@patri.com.br);
- Tereza Cristina E. de Oliveira (Conselheira) - CRH/DF
(terezaesmeraldo@yahoo.com.br);
- Vicente Andreu Guillo - SRHU/MMA (vicente.guillo@mma.gov.br).

55 **RELATORIA (substituta):**

- 56 ■ Rachel Landgraf de Siqueira - SRHU/MMA (rachel.siqueira@mma.gov.br);
- 57 ■ Daniel Martinelli Duarte - SRHU/MMA (daniel.duarte@mma.gov.br).

58 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

59 1º Dia: No dia 1º de julho de 2008, às 14h35, a Câmara Técnica de Assuntos Legais e
60 Institucionais (CTIL) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) iniciou a
61 realização de sua 102ª reunião, em Brasília/DF, sob a presidência do Sr. Márley Caetano de
62 Mendonça (SRHU/MMA), tendo como relatores a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira (1º dia) e
63 Daniel Martinelli Duarte (2º dia), ambos da Secretaria Executiva do CNRH (SRHU/MMA).
64 Tratou-se da pauta conforme **Anexo I**. A Sra. **Rachel Landgraf (Sec. Executiva do CNRH)**
65 justificou a ausência do Sr. Márley Caetano de Mendonça, representante da SRHU/MMA e
66 até então presidente da CTIL, por motivos urgentes familiares, mas que logo estaria presente.
67 Por solicitação do Sr. Márley, o Sr. Gilberto Canali (OTEP) conduziu a reunião até sua
68 chegada. Item 1 – Informes: 1- O Sr. **José Augusto Tosato (CERH/BA)** se apresentou e
69 manifestou satisfação em participar das atividades da CTIL. Comunicou ser funcionário do
70 novo órgão de recursos hídricos da Bahia, o Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ);
71 2- A Sra. **Patrícia Boson (Indústrias)** informou sobre o primeiro *Encontro Empresarial*
72 *pelas Águas em Goiás*, que seria realizado naquela semana, em 3 de julho, na Federação das
73 Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), em Goiânia/GO. Objetivos do encontro: a) Capacitar o
74 setor usuário, especialmente da área de mineração, para participação no Sistema Nacional de
75 Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH); b) Nivelar informações sobre o estágio
76 atual do processo de formação dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Alto Tocantins e
77 Paranaíba, e estabelecimento de uma agenda de atividades para o setor da mineração nessas
78 bacias; e c) Identificar parcerias para o estabelecimento de um diálogo estruturado do setor
79 com as diferentes lideranças da região em prol das águas de Goiás. No encontro seria lançado
80 o livro *A Gestão dos Recursos Hídricos e a Mineração*. 3- A Sra. **Ninon Machado (ONGs)**
81 falou sobre o *Pólo de Excelência em Recursos Hídricos*. O Pólo que é programa de
82 desenvolvimento na área de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo de Minas Gerais, por
83 meio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sectes). Sua
84 finalidade principal é consolidar as ações de organizações e fortalecimento setorial em Minas
85 Gerais, principalmente em relação à formação de recursos humanos, prestação de serviços,
86 instrumentos de gestão e utilização sustentável de recursos hídricos. O Pólo prevê ações para
87 agregar, em um ambiente cooperativo, as instituições de pesquisa no estado, de forma a gerar
88 bases para a gestão sustentável dos recursos hídricos. Informações:
89 excelencia.recursoshidricos@tecnologia.mg.gov.br. O Pólo de Excelência esta acreditado pela
90 UNESCO para atuação como centro regional para a América Latina e África Lusófona. 4-
91 Outro informe dado pela Sra. **Ninon Machado (ONGs)** foi a *Semana Nacional de Ciência e*
92 *Tecnologia*, de 20 a 26 de outubro de 2008, sob a coordenação do Ministério da Ciência e
93 Tecnologia. Esta Semana, que acontece do Brasil desde 2004, mobiliza a população, em
94 especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades de ciência e tecnologia, valorizando
95 a criatividade, a atitude científica e a inovação. O tema principal em 2008 será *Evolução e*
96 *Diversidade*. Serão debatidos assuntos como: a evolução da vida; a seleção natural; a
97 evolução social; e a diversidade biológica, ambiental, étnica e cultural, a partir dos
98 conhecimentos diversificados da ciência. Informações: semanact@mct.gov.br ou (61)
99 3317-7826/7456/8445/7844. 5- A Sra. **Rachel Landgraf (Sec. Executiva do CNRH)**
100 apresentou o Ofício nº 09/2008/CTPOAR/CNRH/MMA, da Câmara Técnica de Integração de
101 Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR), de 23/06/2008, o qual
102 respondeu ao Ofício 15/2008/CTIL/CNRH/MMA, de 29/05/2008, que encaminhou a proposta
103 de Resolução que “Estabelece mecanismos e critérios gerais para proteção e conservação das
104 águas subterrâneas no território brasileiro”, para avaliação. A CTPOAR informou que, em sua
105 última reunião, em conjunto com a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), o então
106 presidente da CTAS, Sr. Everton Luiz de Souza, fez um breve relato sobre a matéria. Em
107 seguida, os membros das Câmaras Técnicas acordaram como metodologia de trabalho a
108 leitura geral da proposta e na sequência apresentados os destaques, sendo que não seriam

109 elaborados textos modificativos sobre os artigos, mas sim registrada as sugestões de alteração,
110 o que proporcionaria a discussão e entendimento do mérito de cada alteração em toda a
111 proposta, para que posteriormente a CTAS refletisse e elaborasse o texto final. Foi esclarecido
112 que a CTPOAR considera ter auxiliado, quanto às suas competências, para o aprimoramento
113 da proposta de Resolução originada da CTAS que, no dia 13 de junho, em sua 61ª Reunião,
114 iniciou a análise das alterações e quando concluída encaminharia para apreciação pertinente
115 da CTIL. Após os Informes, a Sra. **Patrícia Boson (Indústrias)** solicitou inversão de pauta,
116 considerando a importância da presença do Sr. Márley Caetano de Mendonça no momento da
117 eleição para a presidência da Câmara (Item 2). Todos concordaram. [Item 3 – Aprovação da](#)
118 [ata da 100ª reunião da CTIL](#): após alterações nas linhas 89, 145, 148, 149, 160, 199, 210 e
119 322, a ata foi aprovada. [Item 4 – Aprovação da ata da 101ª reunião da CTIL](#): Foram feitas
120 modificações nas linhas 82, 117, 166, 234 e solicitado que a memória do Item 5 fosse refeita
121 pelo relator da CTIL. Para o Sr. **Wilson de Azevedo (Pescadores e Usuários de Água p/**
122 **Lazer e Turismo)** o Item 5 abordou questões que retornam à agenda do CNRH todos os anos
123 (Programa de Trabalho e Proposta Orçamentária para a Secretaria Executiva do CNRH), o
124 que merecia um melhor detalhamento do que foi debatido para posterior consulta. Pediu,
125 então, que fossem resgatados os diálogos relevantes. O Sr. **Fred Crawford (Min.**
126 **Transportes)** concordou com o Sr. Wilson de Azevedo, lembrando, inclusive, que quando se
127 falou em atas sucintas durante reunião da Câmara Técnica de Análise de Projeto (CTAP), por
128 recomendação da Gerência de Apoio ao CNRH na última reunião de presidentes de câmaras
129 técnicas, os membros da CTAP enfatizaram a importância da manutenção da riqueza de
130 informações. A Sra. **Martha Sugai (Concessionárias)** pediu para que se estudasse um “meio
131 termo”, pois, da forma reduzida, a leitura estava mais fácil. Após manifestações, foi decidido
132 que a minuta de ata da 101ª Reunião da CTIL seria aprovada na próxima reunião da Câmara,
133 após o relator refazer a descrição do Item 5. [Item 5 – Análise do Relatório Final do GT](#)
134 [“Aplicação das diretrizes do PNRH aos empreendimentos hidrelétricos”, encaminhado pelo](#)
135 [GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos” da Câmara](#)
136 [Técnica de Assuntos Legais e Institucionais](#): A Sra. **Martha Sugai (Concessionárias)**, que na
137 coordenação desse GT representou a Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH),
138 historiou a criação do GT e suas quatro reuniões: 10/4/2007, 14/5/2007, 10/9/2007 e
139 19/2/2008. Apresentou, então, o Relatório Final que foi composto por “Introdução”, “Base
140 legal e institucional relevante ao tema”, e “Questões analisadas e suas respostas, segundo o
141 GT”. Após a apresentação (**Anexo II**) do que constava no relatório, a Sra. **Martha Sugai**
142 **(Concessionárias)** comentou que houve o questionamento sobre até onde iriam as
143 competências do GT. Foi levantada a possibilidade de se estender as discussões sobre
144 “integração inter-institucional” e “integração do planejamento”, mas foi consenso que o GT
145 apenas responderia às perguntas recebidas. Estes outros pontos seriam definidos dentro do
146 detalhamento do Programa V do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), quando o GT
147 estaria disponível para prestar qualquer esclarecimento. Após debates sobre o
148 encaminhamento do relatório, considerando a importância de se dar publicidade ao trabalho
149 realizado a todos que participam do CNRH, considerando possíveis futuras reflexões sobre
150 inserções de questões ambientais e considerando os diálogos sobre os entendimentos se é
151 competência, ou não, do CNRH interpretar a legislação da área de recursos hídricos, foi
152 decidido que o relatório apresentado estava aprovado e que deveria ser encaminhado como
153 parte integrante de uma Nota Técnica da CTIL à Câmara Técnica do Plano Nacional de
154 Recursos Hídricos (CTPNRH). A minuta da Nota Técnica seria redigida pela Sra. Martha
155 Sugai, com o apoio da Sra. Ninon Machado, e seria encaminhada, por e-mail, a todos os
156 demais integrantes da CTIL, para contribuições prévias e análise final na próxima reunião da
157 Câmara. Na Nota Técnica deveria constar, além do Relatório Final do GT, considerações e
158 recomendações para que as interpretações apresentadas fizessem parte de um processo de
159 articulação inter-setorial a ser descrita no detalhamento do Plano Nacional de Recursos
160 Hídricos. Foi sugerido que a Nota Técnica fosse apresentada nos Informes da próxima reunião
161 plenária do CNRH, para que esse pudesse se manifestar quanto à necessidade ou não de
162 normatização. Essa demanda seria levada à Secretaria Executiva do Conselho. Após o

163 encerramento deste item de pauta, foi informado o falecimento, no último dia nove de junho,
164 do colega de trabalho Rodrigo Laborne Mattioli, devido a complicações em seu estado de
165 saúde. O Sr. Rodrigo Mattioli, que estava como consultor na SRHU/MMA, foi lembrado pela
166 competência profissional, solicitude e simpatia sempre constante entre os que o conheciam.
167 Foi feito um minuto de silêncio e, logo depois, 15 minutos de intervalo na reunião. Com a
168 chegada do Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA) iniciou-se o Item 2 – Eleição do
169 Presidente da CTIL para o mandato de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009: A Sra.
170 **Rachel Landgraf (Sec. Executiva do CNRH)** conduziu o processo de eleição, inicialmente
171 abrindo espaço para manifestações, já que permaneceram os mesmos integrantes para este
172 novo mandato da CTIL, o que dispensou leitura de procedimentos já conhecidos por todos.
173 Todos os integrantes da CTIL usufruíram da palavra para agradecer a atuação do Sr. Márley
174 Caetano de Mendonça e para indicá-lo à recondução da presidência. Os membros da Câmara
175 parabenizaram o Sr. Márley pelos resultados alcançados e pela forma democrática de mediar
176 os debates, reconhecendo a importância que foi ele ser da Secretaria Executiva do CNRH, o
177 que contribuiu para o competente desenvolvimento dos trabalhos. O Sr. **Márley Caetano de**
178 **Mendonça (SRHU/MMA)** disse sentir-se honrado com as falas dos colegas e se desculpou
179 pela ausência na reunião até então. Explicou que estava envolvido em questões familiares
180 urgentes e inesperadas. Reconheceu que para ele o rodízio de presidentes era o ideal, pois
181 “oxigenaria” a rotina dos trabalhos, mas, em respeito à decisão do grupo, aceitaria a
182 recondução. Sendo assim, não havendo outros candidatos, com uma salva de palmas o Sr.
183 Márley assumiu a condução da reunião, agradecendo o brilhantismo da atuação do seu
184 substituto, Sr. Gilberto Canali. Item 9 – Avaliação da “Oficina Água, Floresta e Solos” e
185 definição dos próximos passos do GT “Água e Florestas”: A Sra. **Ninon Machado (ONGs)**
186 registrou o agradecimento ao esforço do facilitador/relator da Oficina, todavia considerou que
187 o documento em minuta ainda não registra etapas precedentes e atuação de pessoas no GT
188 Água e Florestas que deram origem à realização do evento e inclusive e principalmente o que
189 aconteceu no âmbito do CNRH durante o transcurso desde 2005. A Sra. **Ninon Machado**
190 **(ONGs)** disse ter sentido falta do tema “solos” na Oficina. O evento deveria ter sido a
191 oportunidade para serem discutidos os passos de implementação do Plano Nacional de
192 Recursos Hídricos, já que os temas água, florestas e solos são integrantes de macro diretrizes
193 do PNRH. O que foi discutido na oficina servirá para que haja uma melhor compreensão do
194 que é necessário para a implementação do PNRH, da política das águas e de outras políticas
195 conexas. Solicitou que a Secretaria Executiva do Conselho desse o suporte para o resgate de
196 toda essa memória, inclusive as reuniões da CTPNRH, e que, por enquanto, o relatório não
197 deveria ser divulgado, até sua complementação e avaliação pelo GT Água e Florestas tendo
198 em conta a importância dos resultados da oficina, mas também a contribuição de instituições e
199 pessoas que integram o GT Água e Florestas que foram importantes para a construção e
200 realização da Oficina, visto que é uma construção coletiva. O Sr. **Márley Caetano de**
201 **Mendonça (SRHU/MMA)** concluiu, então, que o GT teria a incumbência de finalizar o
202 relatório e apresentar à CTIL, o mais rápido possível, para que esta pudesse se manifestar,
203 inclusive sobre os passos seguintes desse assunto dentro do CNRH. A Sra. **Neusa de Assis**
204 **(CERH/SP)** disse que o GT poderia contactar a Fundação Florestal do estado de São Paulo e
205 levar alguns participantes do grupo para o curso sobre água e floresta. Ela a ajudaria nesse
206 processo. A Sra. **Martha Sugai (Concessionárias)** iniciou uma reflexão sobre as legislações
207 que versam sobre Áreas de Proteção Permanente (APPs) – algumas tentam proteger os rios e
208 não protegem. O Sr. **Marcus Vinícius (Comitês)** informou sobre o “Encontro Água e
209 Floresta – Vivenciar para Agir” (Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu - Dias 23, 24 e 25 de
210 julho de 2008 - Jaboticabal/SP). Nesse evento seria muito discutida a nova lei de Reserva
211 Legal em São Paulo e os programas financiados pelo Banco Mundial. Informações e
212 inscrições no site www.ambiente.sp.gov.br/encontro. O Sr. **Fred Crawford (Min.**
213 **Transportes)** comentou que vinha percebendo diversas demandas da sociedade,
214 principalmente nas reuniões de câmaras técnicas, nas quais ele participava. Muitos assuntos
215 eram referentes à interpretação de leis. Nessa linha, sugeriu ao GT “Água e Florestas”: a) que
216 estudasse, indo além do que estabelece o § 4º do art. 16 do Código Florestal, o incentivo à

217 demarcação de reservas legais em torno das áreas de preservação permanente de que tratam as
218 alíneas "a", "b" e "c" do *caput* do artigo 2º do Código Florestal. Seriam incentivos, inclusive
219 fiscais, além dos que já são dados, para unidades "produtoras de água"; b) com relação a
220 terrenos reservados ou marginais (art. 14 do Código de Águas; art. 1º, alínea b, do Decreto-lei
221 n.º 9.760, de 05/09/1946; CRFB, art. 20, *caput*, inciso III), que verificasse a hipótese de seu
222 uso para se definir o curso d'água (álveo, água e terrenos marginais). Seria considerado rio a
223 faixa entre terrenos marginais, incluindo-os, tanto o da margem direta quanto o da margem
224 esquerda, de sorte a bem definir onde se inicia a propriedade pública e termina a propriedade
225 privada ou terreno alodial. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** pediu para
226 que o Sr. Fred esboçasse uma proposta de oficina que tratasse o assunto e a Sra. **Ninon**
227 **Machado (ONGs)** convidou o Sr. Fred Crawford a integrar o GT. Como encaminhamento
228 deste item, o GT revisaria o relatório para ser apresentado na próxima reunião da CTIL, com
229 as adequações que achar pertinentes e com a indicação de quais seriam os desdobramentos.
230 Item 11 – Relato das atividades do GT “Representatividade 2ª Etapa” (mandato até 06 de
231 agosto de 2008): O Sr. **Hugo Suarez (Min. Justiça)** relatou que, antes da última reunião do
232 GT, ocorrida naquele dia pela manhã, todas as sugestões encaminhadas foram compiladas em
233 um único documento, com exceção daquelas enviadas pela Confederação Nacional das
234 Indústrias - CNI, por ter chegado no dia anterior. Contudo, as novas idéias foram mostradas
235 ao GT. Esclareceu que a primeira intenção era, tendo em vista todas as observações ao texto
236 original, limpar o que era consenso, o que aconteceu na reunião até o art. 5º. Para o art. 6º em
237 diante haveria discussão por meio eletrônico, com prazo até dia 10 de julho. A nova versão
238 contaria, de forma didática, a indicação de procedimentos, critérios e ordenamento das
239 sugestões por segmento. Após essa data, a coordenação teria uma semana para apresentar
240 outra versão. Segundo o Sr. Hugo Suarez, haveria necessidade de mais uma reunião do GT, o
241 que deveria acontecer logo anterior à próxima CTIL, para facilitar o deslocamento dos
242 integrantes do grupo, principalmente da sociedade civil. Item 7 – Análise da proposta de
243 resolução que “regulamentação do Inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de
244 1997”, encaminhada pela CTAP: Apesar deste item ter sido pautado, a matéria não foi tratada,
245 pois a CTAP não a encaminhou como previsto – a CTAP aguardava manifestação da
246 CTPOAR. O primeiro dia de reunião foi encerrado às 18h25. 2º Dia: O Sr. **Márley Caetano**
247 **de Mendonça (SRHU/MMA)** reiniciou a reunião, às 9h50, pelo Item 6 – Análise da proposta
248 de resolução que “Estabelece diretrizes e critérios para o arbitramento previsto no inciso II do
249 art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997”, encaminhada pela CTAP e explicou que se
250 algum conflito entre Conselhos chegasse ao CNRH, não existia, atualmente, um método para
251 tratar o assunto. Passou a palavra ao Sr. Carlos Hugo que, juntamente com a Sra. **Patrícia**
252 **Boson (Indústrias)**, prometeu comentários e alterações à proposta. O Sr. **Hugo Suarez (Min.**
253 **Justiça)** disse que para arbitramento administrativo devia ser seguido o que está na lei e,
254 portanto, utilizar os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.433/97 para orientar a possível solução de
255 conflitos. A Sra. **Patrícia Boson (Indústrias)** disse que seria o momento para tratar do
256 parágrafo único do art. 38 da mesma Lei, que fala sobre o arbitramento entre Comitês e outros
257 segmentos. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** disse que não era o caso,
258 pois os conselhos estaduais são órgãos de estado (art. 35), entes públicos. No caso dos
259 Comitês (art. 38) o previsto é o conflito entre um destes entes e outro segmento, público ou
260 privado, os quais seriam partes de cunho diversificado em relação aos CERHs. Portanto, não
261 seria tecnicamente recomendável incluir este caso. Disse que não há previsão de decisão sobre
262 conflito entre comitês. Propôs que o caso do art. 38 fosse contemplado em outra resolução. O
263 Sr. **Fred Crawford (Min. Transportes)** disse que há diversos comitês – federais e estaduais
264 – na mesma bacia, citando a situação dos rios São Francisco, das Velhas e Paracatu. Disse que
265 a Lei não prevê conflito entre comitês de uma mesma bacia hidrográfica, mas havia grande
266 chance deles ocorrerem na prática. Sugeriu que isto devia ser agregado às pautas da CTAP. O
267 Sr. **Roberto Alves Monteiro (SRHU/MMA)** disse que os conflitos entre comitês deviam ser
268 solucionados pela harmonização e articulação entre estes entes que estavam na bacia da calha
269 principal. A Sra. **Ninon Machado (ONGs)** disse que o Brasil compartilha 74 bacias com
270 países vizinhos, sendo importante a resolução considerar os aspectos internacionais, pois as

271 normas nacionais servem de referência para a atuação do país no âmbito internacional. A Sr.
272 **Patrícia Boson (Indústrias)** retirou a proposta de incluir o art. 38 nesta resolução. Disse que
273 seria interessante consultar o plenário no sentido de tratar este artigo ou não. A Sra. **Neusa de**
274 **Assis (CERH/SP)** disse que o conflito entre comitês – em todas as formas possíveis – será
275 encaminhado a seus conselhos e, naturalmente, chegará ao CNRH, se for o caso. Passou-se à
276 análise do art. 2º da proposta. O Sr. **Hugo Suarez (Min. Justiça)** disse que existia a
277 necessidade de incluir um segundo parágrafo no artigo, citando os fundamentos (art 1º), os
278 objetivos (art. 2º) e as diretrizes (art. 3º) dispostos na 9.433/97. O Sr. **Fred Crawford (Min.**
279 **Transportes)** sugeriu citar a lei de processo administrativo, em seus princípios basilares e
280 disse que o arbitramento constante na proposta não tem relação com a lei de arbitragem (Lei
281 n.º 9.307, de 23/09/1996). O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** disse que o
282 art. 1º resolve essa diferenciação com a referência ao artigo 35. A Sra. **Ninon Machado**
283 **(ONGs)** concordou com o Sr. Fred quanto à referência da lei de processo administrativo (Lei
284 9.784, de 29 de janeiro de 1999) para ser aplicado em sistema nacional como o Sistema
285 Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH e que orientaria qual a norma
286 aplicável para o caso, excluindo as eventuais normas estaduais, mas colocando a norma do
287 processo administrativo federal no âmbito nacional. Disse que os assuntos sugeridos,
288 discutidos e incorporados aos trabalhos das CTs e no plenário do CNRH, deviam seguir
289 trâmites e procedimentos, com a abertura de processos, seu registro, de forma cartorial, o que
290 é desejável para a consolidação administrativa do CNRH e de sua secretaria executiva. O Sr.
291 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** disse que a prática de instauração de
292 processos estava inserida, naquele momento, no cotidiano da Secretaria Executiva do CNRH.
293 A Sra. **Martha Sugai (Concessionárias)** insistiu no termo “última instância administrativa”,
294 como está escrito na Lei 9.433/97, no lugar de “terminativa”, com a concordância do Sr.
295 Maurício. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** disse que o CNRH seria
296 instância única. O Sr. **Hugo Suarez (Min. Justiça)** disse que a decisão do CNRH constitui
297 “decisão final em âmbito administrativo” e que esta frase é mais clara aos leitores da
298 proposta. O Sr. **Fred Crawford (Min. Transportes)** perguntou se não havia caso de
299 reconsideração, mesmo havendo fatos novos sobre o conflito avaliado. O Sr. **Márley**
300 **Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** explicou que a lei não prevê a reconsideração.
301 Sugeriu não colocar o termo “terminativa”. O Sr. **Hugo Suarez (Min. Justiça)** disse ser
302 importante incluir “decisão final”, para não haver reconsideração e pedidos esdrúxulos. O Sr.
303 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** abriu a votação com as propostas: i) utilizar
304 o termo da lei e ii) utilizar o termo “decisão final”. A proposta ii) foi aprovada por 7 votos
305 (M. Justiça, ANA, ONG, MME, Pescadores e Usuários para Lazer, COMITÊ e CERH-RJ/SP)
306 contra 2 votos (M. Transportes e Concessionárias). O presidente da câmara se absteve. A Sra.
307 **Ninon Machado (ONGs)** disse que os fatos desencadeadores do processo de conflito
308 iniciavam-se nos CBHs. Renovou a preocupação de como o CNRH decidiria sobre conflitos
309 sem possuir um histórico processual completo. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça**
310 **(SRHU/MMA)** falou ser pertinente a preocupação da Sra. Ninon, mas mesmo que o conflito
311 surgisse nas bacias, a decisão administrativa não atingiria diretamente aos comitês. A Sra.
312 **Ninon Machado (ONGs)** reforçou sua preocupação para que o processo estivesse instruído
313 adequadamente. O Sr. **Hugo Suarez (Min. Justiça)** sugeriu que fosse feita uma moção para
314 que a ritualística das decisões de conflito fosse seguida por todos os entes do sistema de
315 recursos hídricos. A Sra. **Ninon Machado (ONGs)** disse estar receosa com o espírito da
316 norma em discussão, pois a proposta é de norma nacional e existiria a possibilidade de os
317 estados e DF optarem por aplicar suas próprias legislações já que é de sua competência
318 própria organizar-se administrativamente. Falou que, neste caso, os estados deveriam utilizar
319 a norma federal é por isto a referência expressa na norma em discussão pois assim seria
320 acolhida como norma nacional já que como dito antes o SINGREH é um sistema nacional e
321 que proposta deveria estar muito bem consolidada tanto com base na teoria como
322 considerando as normas legais vigentes e a prática, e que tal resolução poderia ser referida
323 também em caso de conflitos em rios transfronteiriços. Art. 3º - O Sr. **Márley Caetano de**
324 **Mendonça (SRHU/MMA)** disse que conselho diverso poderia utilizar a decisão de conflito

325 anterior. A Sra. **Marina Scalon (MME)** sugeriu retirar o termo “a sua” para garantir que
326 outro conselho possa, realmente, utilizar a decisão de conflito semelhante, observação que o
327 Sr. Hugo concordou. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** explicou que se
328 um conselho tivesse interesse sobre decisão de terceiros, mas não proferisse decisão própria,
329 poderia levar a decisão de conflito de outros comitês como documento auxiliar. Disse que
330 neste caso, um conselho notifica o outro para apresentar estes documentos. A Sra. **Marina**
331 **Scalon (MME)** disse existir confusão quando há uma ou duas decisões diversas. O Sr.
332 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** disse que os parágrafos esclarecem a dúvida.
333 E que o § 4º deveria manter o termo “a sua”. Art. 4º - O Sr. **Márley Caetano de Mendonça**
334 **(SRHU/MMA)** enfocou a importância da articulação entre SRHU e ANA, para alcançar o
335 objetivo do § 3º. O Sr. **Marcus Vinícius (Comitês)** questionou se a Secretaria Executiva do
336 CNRH será responsável por esta articulação. Neste momento, o Sr. **Márley Caetano de**
337 **Mendonça (SRHU/MMA)** ressaltou a presença do recém empossado Secretário de Recursos
338 Hídricos e Ambiente Urbano, Sr. Vicente Andreu Guillo, e da presidente da CTCT, Sra.
339 Tereza de Oliveira. O Sr. **Vicente Andreu Guillo** disse que gostaria de ter participado da
340 reunião por maior período, mas devido aos compromissos agendados, não teve esta
341 oportunidade. Disse que não gostaria de travar os trabalhos da CTIL com pronunciamentos e
342 retornou a palavra ao presidente da CT. Art. 5º - Após debates sobre a melhor forma de fazer
343 a referência a artigos, parágrafos e incisos, o Sr. **Hugo Suarez (Min. Justiça)** disse que vai
344 estudar a questão sobre técnica legislativa de remissão de artigos anteriores no texto da
345 proposta, utilizando-se a Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, juntamente com o Sr.
346 Maurício. A Sra. **Patrícia Boson (Indústrias)** disse que, se um conflito chegar ao CNRH, isto
347 indicaria que todas as outras possibilidades de negociações falharam e, neste caso, deveria se
348 gastar o tempo necessário para decidir sobre o assunto. O Sr. **Hugo Suarez (Min. Justiça)**
349 apresentou a preocupação com a celeridade no processo para não se passar 235 dias de
350 burocracia nos trâmites, como acontece em média nas CTs. O Sr. **Fred Crawford (Min.**
351 **Transportes)** disse que devia haver o respeito à ampla defesa no procedimento de resolução
352 do conflito para que seja garantido o devido processo legal. A Sra. **Ninon Machado (ONGs)**
353 lembrou que a gestão das águas é a gestão de conflitos entre os usuários e que os comitês de
354 bacia hidrográfica são constituídos para serem o espaço (locus) para gerir tais conflitos
355 organizado para gerir conflitos. Concordeu com o Sr. Hugo que a demora em solucionar do
356 conflito poderia gerar mais prejuízos para a gestão das águas. O Sr. **Gilberto Canali (OTEP)**
357 disse que a CTIL estava apresentando questões de mérito, o que não era competência da
358 câmara. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** disse que o regime de
359 urgência estava previsto no Regimento Interno. Falou que o prazo de 90 dias se justificava por
360 prever a necessidade, prevendo a celeridade, de duas reuniões da CTIL para vislumbrar a
361 decisão sobre o conflito. Falou que o mínimo que se poderia modificar, no prazo constante no
362 §2º, art. 5º, era para sessenta dias. O Sr. **João Clímaco (ONG)** concordou com o Sr. Hugo
363 quanto à questão da celeridade, para ser possível utilizar a decisão administrativa em
364 processos judiciais. Art. 6º - Não houve manifestações. Art. 7º - **Fred Crawford (Min.**
365 **Transportes)** pediu para inserir MMA no cabeçalho, abaixo da ementa, entre “Portaria” e “nº
366 377”. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** disse que o cabeçalho das
367 resoluções devia seguir o padrão indicado pela CONJUR. O Sr. **Fred Crawford (Min.**
368 **Transportes)** pediu para que a CONJUR incluísse o termo no cabeçalho. O Sr. **Márley**
369 **Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** pediu à Secretaria Executiva do CNRH para verificar
370 qual é o padrão indicado pela CONJUR. Foi acordado pela CT incluir o Art. 8º com redação
371 feita pela Sra. Ninon. A Sra. **Ninon Machado (ONGs)** propôs que a Secretaria Executiva do
372 CNRH tivesse em seus quadros profissionais especializados em técnica legislativa para a
373 partir dos elementos fundamentais acordados nas Câmaras Técnicas fizessem a revisão final
374 das normas. Solicitou que fosse feita Nota Técnica explicando os itens da proposta. O Sr.
375 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** fez uma consulta aos representantes da
376 CTIL, verificando se a CTAP estaria autorizada, após sua própria análise, encaminhar
377 diretamente a proposta ao plenário, se não houvesse alterações diversas das sugeridas na
378 CTIL, o que foi consensado pela câmara. Disse que devido a um problema de saúde na

379 família, não chegaria no tempo estipulado para o período da tarde, em sua ausência. Em
380 seguida, designou o Sr. Canali para substituí-lo. Dessa forma, a proposta foi finalizada em sua
381 versão do dia 2 de julho (**Anexo III**) e seria encaminhada à CTAP via ofício. Às 14h30, o Sr.
382 **Gilberto Canali (OTEP)** reiniciou a reunião pelo [Item 8 – Análise da proposta de moção que](#)
383 [“recomenda prioridades de investimentos em ciência, tecnologia e inovação para recursos](#)
384 [hídricos”, encaminhada pela CTCT](#) e passou a palavra à presidente da CTCT, Sra. Tereza,
385 para a apresentação do item. A Sra. **Tereza Cristina de Oliveira (CRH/DF)** proferiu a
386 apresentação sobre nova proposta de moção. Explicou a necessidade de sua atualização. Disse
387 que a CTCT recebeu novas demandas provenientes de fontes de recursos e novas prioridades
388 para o CTHIDRO. Falou a respeito de um estudo sobre o uso de água no turismo brasileiro.
389 Relatou que o objetivo da proposta era atingir o usuário final, por meio da comunicação e
390 divulgação da moção. A Sra. **Patrícia Boson (Indústrias)** sugeriu a implantação da
391 metrologia ambiental e química no país, via capacitação do INMETRO, para certificação de
392 laboratórios competentes para tais análises. Disse que, atualmente, o INMETRO possui
393 apenas as normativas físicas. Disse que os dados gerados pelos estudos feitos por empresas
394 contratadas não são aproveitados, pois não possuíam fé pública. O Sr. **Hugo Suarez (Min.**
395 **Justiça)** sugeriu fazer outro item na proposta constando este tema. A Sra. **Martha Sugai**
396 **(Concessionárias)** sugeriu o retorno do documento à CTCT. Sugeriu adicionar o que a
397 existente Moção n.º 40/2006 já possui à nova proposta. O Sr. **Hugo Suarez (Min. Justiça)**
398 disse que se há propostas e itens complementares, apenas estes devem fazer parte do texto. A
399 Sra. **Tereza Cristina de Oliveira (CRH/DF)** disse que o INMETRO participou das
400 discussões da proposta e que seria muito importante provocar pesquisas nas Universidades
401 sobre o tema. A Sra. **Neusa de Assis (CERH/SP)** sugeriu manter o texto da Moção n.º
402 40/2006 e colocar os novos, os diferenciando. A Sra. **Tereza Cristina de Oliveira**
403 **(CRH/DF)** disse que a Moção n.º 40/2006 já produziu resultados benéficos. O Sr. **Fred**
404 **Crawford (Min. Transportes)** disse que existem duas políticas distintas: uma de meio
405 ambiente e outra de recursos hídricos, de sorte que a nova moção não pode misturar recursos
406 hídricos e meio ambiente. O meio ambiente deve nela figura apenas como tema transversal,
407 dado à sua obrigatoriedade. A Sra. **Tereza Cristina E. de Oliveira (CRH/DF)** esclareceu que
408 a intenção da proposta era que a área ambiental percebesse que a água é um elemento
409 ambiental importante. Disse que a idéia era que a área do meio ambiente percebesse este fato.
410 Disse que o objetivo maior era incluir esta mentalidade nos atores deste meio. Lembrou que
411 as supostas proteções aos recursos hídricos, via APP, não incluía diretamente nossas águas.
412 Esclareceu que a água é o item basilar para existência de vida, ou seja, o meio ambiente em
413 sua plenitude. O Sr. **João Clímaco (ONG)** disse que o discurso da Sra. Tereza o convenceu,
414 que o considerando sobre o meio ambiente deveria ficar. O Sr. **Marcus Vinícius (Comitês)**
415 sugeriu incluir um Considerando sobre os efeitos positivos, que o documento gerou
416 desdobramentos. O Sr. **João Clímaco (ONG)** relatou sua preocupação com a efetiva
417 divulgação da proposta. A Sra. **Tereza Cristina de Oliveira (CRH/DF)** disse que a idéia era
418 divulgar a moção a todos. Após as discussões, as sugestões para melhoramento da proposta
419 foram anotadas para retorno à CTCT via ofício. Encerrado o assunto, passou-se ao [Item 10 –](#)
420 [Avaliação sobre a continuidade do GT “Siapreh](#). A Sra. **Maria Manuela Moreira**
421 **(SRHU/MMA)** apresentou o histórico dos trabalhos do grupo criado pela CTIL, em 2006.
422 Apresentou a justificativa de sua criação: subsidiar os trabalhos feitos pelo SIAPRHE, antes
423 da publicação da pesquisa, enviada aos integrantes do sistema, e, posteriormente, analisar os
424 seus resultados. Disse que a pesquisa aos comitês seria testada em três deles; um de São
425 Paulo, CBH do rio Mogi, o qual é representado na CTIL pelo Sr. Marcus Vinícius. Disse que
426 as atividades do GT estavam suspensas até novas informações serem agregadas. Falou que a
427 etapa seguinte era a criação de indicadores, levando em conta informações que retornarem.
428 Previu uma reunião para o início do ano que vem, janeiro ou fevereiro, para organizar as
429 próximas atividades do grupo. Após o relato, o Sr. **Gilberto Canali (OTEP)** seguiu ao [Item](#)
430 [12 – Assuntos gerais](#). O Sr. **João Clímaco (ONG)** prometeu uma proposta à CTIL, quanto à
431 comitês e seus trâmites. Não havendo mais nada a ser tratado, às 17h40 do dia 7 de maio de
432 2008, o Sr. **Gilberto Canali (OTEP)** agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos

433 da 102ª reunião da CTIL.

434

435 Ata aprovada na 104ª Reunião da CTIL, realizada nos dias 15, 16 e 17 de setembro de 2008.

436

437

438

Márley Caetano de Mendonça

439

Presidente da CTIL

440

441

442

443

Rachel Landgraf de Siqueira

Daniel Martinelli Duarte

444

Relatora da CTIL

Relator da CTIL

445

(substituta)

(substituto)